

Daniel Screpanti
dscrepanti@arq.up.pt

Piernicola Carlesi
piernicolacarlesi@yahoo.it

¹Università degli Studi dell'Aquila, L'Aquila, Italy –

²Universidade do Porto, Porto, Portugal

¹DICEAA Dipartimento di Ingegneria Civile, Edile-
Architettura, Ambientale

²Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo,
Faculdade de Arquitectura

Centro Progetti Urbani – Vasto (CH), Italy

PROJECTAR O TRABALHO DAS CIDADES

RESUMO

A inovação rápida e crescente na produção e distribuição de energia, e nas tecnologias, sistemas e infra-estruturas de mobilidade (mercadorias, pessoas e informação) têm tornado as regiões industriais (ditas não urbanas tão ou mais competitivas que as urbanas, e quando a mão-de-obra passou a ser recrutada indiferenciadamente seja nas cidades seja nos campos, começou a construção da «cidade fora da cidade» (Fantin et. al., 2012). Nas «metrópoles pequenas» (BARBIERI, 2003) dos vales do noroeste italiano ou portugues, a difusão no território dos sectores produtivos mais modernos tem misturado antigos povoamentos,

novas polaridades, campos e infraestruturas, e a extensão da economia urbana às áreas (ex) rurais tem vindo a disponibilizar os contentores da velha cidade para novos conteúdos. A divergência entre cidades ricas e pobres que se abriu no mundo pré-industrial com o crescimento moderno, renovou-se e ampliou-se com 'as cidades libertadas do trabalho industrial', constituindo assim aquela que pode ser definida como «a nova questão urbana» (SECCHI, 2013). Perante as fortes e precisas responsabilidades das políticas urbanas na formação e no agravamento das desigualdades sociais, esta investigação defende que apenas retrazando 'o trabalho das

cidades', a geografia urbana do trabalho, podem ser desenhadas novas perspectivas de urbanidade.

PALAVRAS CHAVE: PRÉ-INDUSTRIAL, PÓS-INDUSTRIAL, GEOGRAFIA DO TRABALHO, DESIGUALDADE, POLÍTICAS URBANAS.

RESUMO

Rapid and increasing innovation in production and distribution of energy, and technologies, systems and infrastructures of mobility (goods, people and informations) have changed supposed non-urban industrial regions in terms of competition with urban ones.

When labour was indifferently recruited both in cities and in countryside, it began the construction of the «city outside the city» (Fantin et. al., 2012). In «small cities» (BARBIERI, 2003) of valleys in North-East Italy or Portugal, the spread on territory of the most modern production sectors has combined old settlements, new polarities,

fields and infrastructures. Expansion of urban economy towards (ex) rural areas has provided the old towns to new contents.

Divergence between rich and poor cities, that was opened in pre-industrial world with modern growth, has grown and renewed itself following 'the cities liberated from industrial work'.

In this way, it has constituted what can be defined as «the new urban issue» (SECCHI, 2013).

In order to face this strong and precise responsibility of urban policies in relation with formation and aggravation of social inequality, this research discusses that only by tracing 'the

work of cities', i.e., the urban geography of work, new perspectives of urbanity will be drawn.

KEYWORDS: PREINDUSTRIAL, POSTINDUSTRIAL, GEOGRAPHY OF WORK, INEQUITY, URBAN POLICIES.

A GRANDE DIVERGÊNCIA ENTRE CIDADES.

«O ónus da vida biológica, que pesa sobre a vida especificamente humana entre o nascimento e a morte, e que a consome, só pode ser eliminado mediante o uso de servos, e a função principal dos antigos escravos era arcar com o ónus do consumo de uma casa, e não produzir para a sociedade em geral. O motivo pelo qual o trabalho escravo pôde desempenhar um papel tão importante nas sociedades antigas, e o seu desperdício e improdutividade passaram despercebidos, é que a antiga cidade-estado era basicamente um 'centro de consumo', ao contrário das cidades medievais, que eram principalmente centros de produção. O preço da eliminação do ónus da vida era enorme, e de modo algum se restringia á violenta injustiça de forçar parte da humanidade a manter-se na

treva da dor e da necessidade» (ARENDR, 1964). As desigualdades sociais, de facto, já não são redutíveis exclusivamente à contraposição entre ricos e pobres que o «capitalismo industrial» (BRAUDEL, 1979) tinha marcado no interior do universo económico «pré-industrial» (MALANIMA, 1995).

A divergência entre as cidades que foi iniciada no mundo pré-industrial com o crescimento moderno, efectivamente, renovou-se e ampliou-se com 'as cidades liberadas do trabalho industrial', constituindo, assim, aquela que pode ser definida como «a nova questão urbana» (SECCHI, 2013).

Se o fortalecimento da globalização e livre troca de bens e capitais trará novos dados sobre as fracturas entre novas e velhas urbanizações, à frente das fortes e precisas responsabilidades das políticas urbanas sobre a formação e crescimento das desigualdades sociais, só com

o desenho das geografias do trabalho se podem desenhar novas perspectivas de urbanidade.

O TRABALHO COMO AGENTE DA METAMORFOSE DO URBANO.

A revolução tecnológica pós-industrial tem transformado radicalmente a relação territorial do homem, permitindo que dos campos de acção limitados e conservativos da cidade pré-industrial, mas capazes de permitir duradouras e generalizadas potencialidades de exploração de recursos, se passasse para um incessante e fantástica «mobilização de homens, informações, bens e energias» (ASCHER, 1995).

A difusão no território dos sectores produtivos mais modernos tem combinado juntamente antigos assentamentos, novas polaridades, campos e infra-estruturas produzindo aquele que pode ser definido

como o crescimento moderno das «*paisagens agrícolas*» (SERENI, 1961), ou seja, a extensão da economia urbana às áreas (ex) rurais. Tais situações estão presentes mais do que em outros lugares nos sistemas urbanizados das «pequenas metrópoles» (BARBIERI, 2003) dos vales italianos ou na urbanização difusa do noroeste de Portugal, caracterizados pela presença de pequenas cidades e muitas e estratificadas metamorfoses territoriais.

As novas fontes de energia e os transportes mais rápidos e menos dispendiosos, tendo feito a área industrial não urbana competitiva com a urbana, permitiram que a força de trabalho fosse recrutada igualmente em cidades e nos campos (Portas et. al., 1990).

Desta forma, a «*cidade fora da cidade*» (Fantin et. al., 2012) tem sido libertada dos constrangimentos da proximidade e da aglomeração espacial e à difusão das actividades e populações sobre o território sobrepuseram-se novas dinâmicas territoriais devidas ao fortalecimento da globalização e da livre troca de mercadorias e de capitais.

As actividades de serviço às empresas e aos consumidores em tal contexto tornaram-se cruciais e, em termos de desenvolvimento, têm estabelecido o domínio de algumas cidades por outras (SASSEN, 2010).

Numa primeira fase, o crescimento vertiginoso das economias terciárias avançadas viu a *F.I.R.E. economy*, com base nas *Finance, Insurance and Real Estate activities*, alimentar-se dos 'kits' infra-estruturais e dos investimentos públicos do *Welfare State* (DOMINGUES, 2006).

Após a redução dos recursos públicos e a redistribuição global dos capitais, algumas fileiras dos sectores terciários avançados faliram, enquanto outras se orientaram, sectorialmente, para novas áreas de mercado e, geograficamente, para territórios mais dinâmicos dentro da «*nova geografia do trabalho*» (MORETTI, 2013).



Figura 1. Pré-industrial e pós-industrial, centro Itália.

A GEOGRAFIA DO TRABALHO E A CONDIÇÃO HUMANA.

A partir deste processo, tem emergido um aumento exponencial das «*divergências entre cidades*» (MORETTI, 2013) que está levando a desigualdades entre os indivíduos cada vez mais complexas para identificar e gerir (ASCHER, 2003).

As promessas de libertação das cadeias insuportáveis da ciclicidade, da futilidade e da necessidade, infelizmente, não aconteceram. E o homem está agora mais do que nunca imerso num processo de dissipação de energia vital (ARENDDT, 1964), que,

aliás, torna o trabalho um dos mais relevantes factores de discriminação social (DE MASI, 2001).

Esta última evolução da «*condição humana*» (ARENDDT, 1964) no território, parece mais evidente mesmo onde os espaços pré-industriais, sem perspectiva de trabalho, e as actividades pós-industriais, sem dimensão urbana, ficam ao lado, sobrepostos ou até hibridizados.

Mesmo nestes contextos, se pode reconhecer o surgimento de um novo tema para o urbanismo contemporâneo na observação do incessante nomadismo do atávico valor urbano da *Securitas* (Figura 1).

A NOVA QUESTÃO URBANA.

Se o urbanismo souber recorrer a toda a sua tradição disciplinar de arte do real nas novas geografias do trabalho, a recomposição futura das relações territoriais poderá projectar o trabalho das cidades, e liberar a actual condição humana dos medos devidos às «*incertezas*» (BAUMAN, 1999) que a técnica insinuou na resolução das «*infinitas necessidades dos homens*» (EINAUDI, 1933).

Apenas uma geografia urbana do trabalho, de facto, sabe assumir como campo de acção a duração e a «consequencialidade» entre as actividades existentes (Figura 2).



Figura 2. Lorenzetti A. (1339), Effetti del Buon Governo in città e in campagna, Palazzo Pubblico de Siena, Itália.

Esta *Securitas*, que irá operar em áreas urbanizadas, como uma «segunda natureza (...) para fins civis» (GOETHE, 1991), será Moderna porque, desta vez, será baseada na liberdade, ou melhor, na imprevisibilidade.

«Do ponto de vista da teoria da acção de Arendt, a imprevisibilidade - o que poderia ser definida como a condição de 'liberdade' no contexto de certas regras - é decisiva porque permite escapar à captura da repetição, o que caracteriza as formas inferiores de actividades, em particular o trabalho.

Se a acção fosse previsível (de acordo com as modernas doutrinas racionalistas e utilitárias), transformar-se-ia em comportamento, ou seja em uniformidade, e assim perderia a possibilidade de revelar a identidade do agente. Não só: pois a acção, nesse sentido, está envolvida em uma rede de relações humanas, ou seja no espaço comum aos vários actores, a imprevisibilidade torna-se em 'consequencialidade», ou seja na faculdade de produzir consequências não calculáveis de antemão» (DAL LAGO, 1991) (Figura 3).

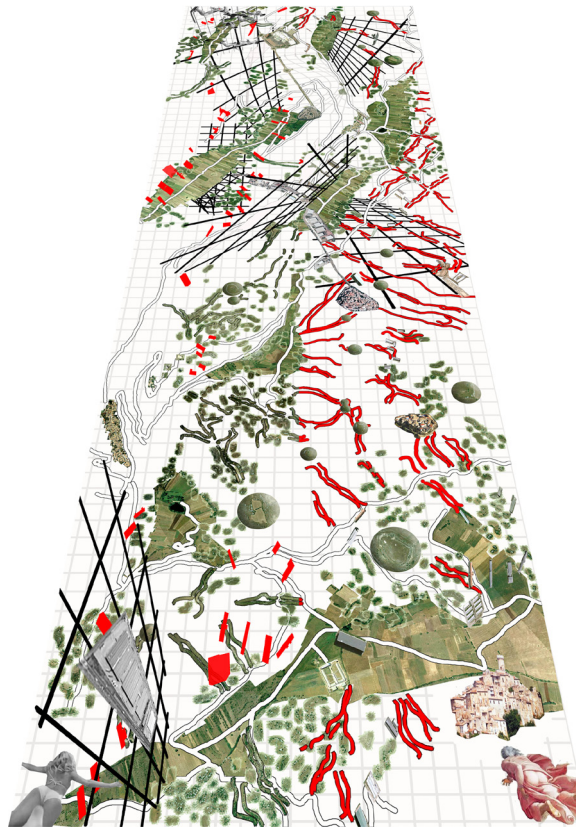


Figura 3. Celeritas e Securitas, made in Italy.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, H. (1964). *Vita Activa La condizione umana*, Milano, Bompiani, (Ed. original 1958).
- ASCHER, F. (2003). *Multi-mobility, Multispeed cities: a challenge for architects, town planners and politicians*, Rotterdam, Rotterdam Architecture Biennale.
- ASCHER, F. (1995). *Métapolis: ou l'avenir des villes*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- BARBIERI, P. (2003). *Metropoli piccole*, Roma, Meltemi.
- BAUMAN, Z. (1999). *La società dell'incertezza*, Bologna, Il Mulino.
- BRAUDEL, F. (1979). *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, Paris, Colin.
- DEL LAGO, A. (1991). *La città perduta*. H., ARENDT, *Vita Activa La condizione umana*.
- DE MASI, D. (2001). *Il futuro del lavoro*, Milano, Rizzoli.
- DOMINGUES, Á. (2006). *Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Lisboa, Arguentum.
- EINAUDI, L. (1933). "Il mio piano non è quello di Keynes", *La Riforma sociale*, marzo-aprile, 129-142.
- FANTIN, M., MORANDI, M., PIAZZINI, M., RANZATO, L. (eds., 2012). *La città fuori dalla città*, Roma, INU Edizioni.
- GOETHE, J. W. (1991). *Viaggio in Italia (1786-1788)*, Bologna, Rizzoli (Ed. original 1817).
- MALANIMA, P. (1995). *Economia preindustriale: mille anni, dal XI al XVIII secolo*, Milano, Bruno Mondadori.
- MORETTI, E. (2013). *La nuova geografia del lavoro*, Milano, Mondadori.
- PORTAS, N., FERNANDES SÁ, M., AFONSO, R. (1990). "Modello territoriale e intervento urbanistico nella regione del Medio Ave", *Urbanistica*, 101.
- SASSEN, S. (2010). *Le città nell'economia globale*, Bologna, Il Mulino.
- SECCHI, B. (2013). *La città dei ricchi e la città dei poveri*, Roma-Bari, Laterza.
- SERENI, E. (1961). *Storia del paesaggio agrario italiano*, Roma-Bari, Laterza.